

Ibsen recorre a tributarista

SÃO PAULO — O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) encorreu à Trevisan Associados auditoria para avaliar a compatibilidade de seu patrimônio com sua movimentação bancária no período investigado pela CPI. A decisão foi tomada em conversa com o tributarista Ives Gandra Martins, na terça-feira. "O deputado demonstrou absoluta tranquilidade, e minha primeira impressão foi muito boa", disse o tributarista.

Gandra vai demonstrar que não houve vinculação entre a apresentação de emendas ao Orçamento com a movimentação bancária de Ibsen — o que na linguagem jurídica é chamado de *nexo causal*. Segundo o tributarista, Ibsen disse ter condições de provar a origem de seu patrimônio. "Ele se dispôs a fazer isso de imediato. Quando a pessoa tem algo a esconder, essa atitude não é normal."

No parecer, Gandra vai evocar a Súmula 182 do Tribunal Federal de Recursos, editada há dez anos, que proibiu a Receita Federal de fazer autos de infração baseados em movimentação bancária. "A mera soma de depósitos bancários não quer dizer nada, porque a mesma quantia pode aparecer em mais de uma conta." O TFR considerou fundamentais outros indícios. Para Gandra, o fato de Ibsen ter movimentado US\$ 500 mil nada significa para um cidadão que trabalhou a vida toda. "É menos de 10% de um único avião de PC Farias."

"É fundamental fazer a separação entre os políticos que realmente merecem condenação e os que têm um passado de honra e idoneidade." Gandra vai avaliar os danos à imagem do deputado e pedir resarcimento. "Não vou cobrar nada pelo parecer. Farei o trabalho pelo bem do país, que precisa diferenciar quem são seus legítimos representantes." Um parecer custa em média US\$ 20 mil.